



**Entre o Cais do
Valongo de
ontem e o Museu
do Amanhã:
Guerras de
memória no Rio
de Janeiro atual
(2015-2017)**

**Henrique Pedro Bresolin
Montoya¹**

**Between the
yesterday Valongo's
Wharf and the
Tomorrow Museum:
Memory wars in
contemporary Rio de
Janeiro (2015-2017)**

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v9n15.2018.76917>

¹ Mestrando de história no PGHIS da Universo/RJ.
Email: bresolin.h@gmail.com

Resumo:

Este trabalho tem como foco a Zona Portuária do estado do Rio de Janeiro, e particularmente dois monumentos presentes na mesma: O Cais do Valongo, reencontrado nas escavações num projeto de revitalização da área em 2011 e o Museu do Amanhã, inaugurado em dezembro de 2015. Como o conceito de análise aqui empregado utiliza de uma relação dialética entre os dois monumentos, este ensaio visa mostrar os lados envolvidos na disputa e suas origens, em épocas diferentes do país, mas que se encontram de 2015 a diante. Visa também discorrer sobre como estes monumentos representam um embate entre o que esquecer e o que lembrar no Brasil atual, e a quem serve a lembrança ou esquecimento da história da escravidão no país, ante um museu que trata do amanhã e é sucesso de crítica e público. Pensar a quem pertence este amanhã ofertado pelo museu, ao mesmo tempo em que esclarecer o ontem ofertado pelo Cais e tudo que o mesmo representa.

Palavras-chave: Memória, Escravidão, Brasil, Rio de Janeiro.

Abstract:

This Paper has its focus on Rio de Janeiro's Portuary Zone, particularly two monuments that belongs there: the Valongo Wharf, re-found in a excavation during a revitalization process of the area in 2011 and the "Museu do Amanhã" (tomorrow's museum), inaugurated in december of 2015. How it's used an analysis concept that uses an dialectic relation between that two monuments, this assay seeks to show the two sides involved in the contest and its origins, in different stages of the country, but that colides in 2015 till these days. It seeks also to talk about how these monuments represents an shock between what to remember and what to forget in today's Brazil, and to whom serves the remembrance and the forgetfulness of the slavery history in the country, faced with a museum that works on tomorrow and its a public and critical sucess. Look on to who belongs this tomorrow offered by the museum and clarify the yesterday offered by the Wharf and everything it stands for.

Keywords: Memory, Slavery, Brazil, Rio de Janeiro.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o conceito “guerra de memória” aplicada à sociedade atual brasileira, tendo como ponto de partida o Museu do Amanhã, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, inaugurado no último mês do ano de 2015. De forma que, o conceito analisado apresenta contraposição entre duas partes, o outro lado que compõe a “guerra” da memória é o Cais do Valongo, também localizado na zona portuária carioca e marco inicial da chegada dos navios negreiros no Brasil colonial.

O Museu do Amanhã, inaugurado no Rio de Janeiro em 2015, foi fruto de um programa de “revitalização” da zona portuária carioca. Zona portuária esta que abriga também o Cais do Valongo (hoje lugar de memória) onde no século XVIII e XIX foram aportados mais de ao menos 500 mil africanos em condição de escravidão vindos nos navios negreiros para o Rio de Janeiro de forma geral. Objetivo pensar esta destoa entre um museu completamente tecnológico, autossustentável, monumental e sucesso de público falando sobre e chamado de “Do amanhã”, a menos de 800m de um lugar como o cais do Valongo, que tem por sinal, nada além de uma placa na parede fazendo menção ao que é. Neste conflito de memórias (que é o pressuposto do trabalho) entre o amanhã do museu e o ontem do cais, que se inclui como um lugar de memória e resistência negra no Rio de Janeiro, tanto, que é chamado de “pequena África”, devido a seu peso e ocupação pelos negros desde o início de seu funcionamento. Tendo este problema-chave estabelecido, pretendo passar também pelos conceitos e processos de Gentrificação ocorridos na “revitalização” do porto, e discutir também sobre apagamento/silenciamento (conceitos que serão trabalhados mais a frente) da cultura negra que, não sendo a primeira vez que presencia uma reforma física de cunho completamente revisionista, tenta através da resistência política e ideológica preservar (sem auxílio nenhum de uma máquina estatal decretada em situação de calamidade pública) sua história e raízes.

Desenvolvimento

Tendo estabelecido os pontos de partida e as problematizações iniciais, utilizaremos de um prisma teórico que visa a história da zona portuária carioca de forma geral, suas transformações e ressignificações como lugar de memória, para entender suas aplicações no cotidiano atual do local, e o que representam essas mudanças tanto física como simbolicamente. Utilizando de obras que tratam da memória coletiva/social, atravessaremos uma análise que já conta com duas visitas de campo e um direcionamento teórico envolvido.

Começando pelo Museu do Amanhã, temos a instituição que mistura duas palavras aparentemente impossíveis de existir uma seguida da outra. O Museu, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, foi inaugurado em dezembro de 2015, em meio a diversas polêmicas no que diz respeito à gentrificação (direta e indireta) e financiamento público/privado (Parte decisiva foi financiada pelo grupo Santander e pelo grupo Globo), e visa

innovar em aspectos que vão desde seu design e funcionalidade, até o teor e formato das exposições que por ali passam.

Visitando o site do mesmo, temos as seguintes considerações sobre sua exposição principal, que funciona em um formato totalmente digital:

A Exposição Principal do Museu do Amanhã, concebida com base em uma proposta curatorial do físico e doutor em cosmologia Luiz Alberto Oliveira, ocupa o segundo andar do Museu, onde o público é levado a percorrer uma narrativa estruturada em cinco grandes áreas: Cosmos, Terra, Antropoceno, Amanhãs e Nós, que somam mais de 40 experiências disponíveis em português, espanhol e inglês. Cosmos aborda a visão que somos feitos da mesma matéria que as estrelas, nos conectamos com o universo e as nossas origens. Aqui o visitante já começa a lidar com as perguntas que pautarão o seu percurso: quais as dimensões da nossa existência? Como chegamos até aqui? Que futuro desejamos? Em Terra, três grandes cubos de sete metros de altura, com conteúdos que investigam as três dimensões da existência: Matéria, Vida e Pensamento. No cubo da Vida, por exemplo, o DNA, elemento comum a todas as espécies, está representado no exterior. Internamente, a diversidade e a interconectividade da vida na Mata Atlântica surgem em uma seleção de fotos produzidas durante três expedições realizadas no ecossistema da Baía de Guanabara. A área seguinte, Antropoceno, ponto central da experiência da Exposição Principal, aborda o entendimento que a atividade humana se tornou uma força geológica: estamos transformando a composição da atmosfera, modificando o clima, alterando a biodiversidade, mudando o curso dos rios. Toda a vida na Terra terá de se adaptar a estes novos tempos plenos de incertezas – e oportunidades. O espaço dos Amanhãs foca nas grandes tendências globais. Somos cada vez mais pessoas no mundo, vivendo por muito mais tempo. Cidades gigantescas e hiperconectividade. Viveremos em um planeta com intensas transformações do clima e da biodiversidade. Seguiremos ampliando as fronteiras do conhecimento e aperfeiçoando as tecnologias. Como e onde vamos viver? O visitante é convidado a pensar nas questões de sustentabilidade e convivência. O percurso encerra com o exercício da imaginação no Nós, que propõe o engajamento do visitante na ideia de que o Amanhã começa agora, com as escolhas que fazemos. O hoje é o lugar da ação.

Utilizando da obra de Jacy Seixas (2004) para iniciar a compreensão acerca desta nova instituição e seus formatos, vemos em 1980 o *boom* da memória, e a multiplicação dos meios dessa mesma memória. Mais importante que isso, vemos também a plurificação dos sentidos e fins atribuídos a memória, onde percebemos, junto com a desvalorização do poder da história como disciplina, uma preocupação atribuída ao futuro, individual e coletivamente. Manuel Luiz Salgado Guimarães (2007) por sua vez, mostra o surgimento de um novo sistema

de comunicação, através das novas tecnologias, que traz consigo um “bombardeamento” de informações. Informações estas, que cercam o sujeito inserido na sociedade de várias formas, nem sempre mostrando utilidade ou verossimilhança. De modo que, a perceptível mudança no formato dessas informações (que, por conseguinte, muda também à forma de passar e transmitir estas informações), altera a relação entre a escrita e já mencionada memória. De forma que, um museu inserido nestas contínuas mudanças, precise também se alterar e alterar a forma que é acessado. Demandas de informações diferentes se impõem, e mais que isso, a forma de acesso a estas informações também.

Assim, no Museu do amanhã, vemos esta demanda de certa forma materializada: utilizações de pesquisas, dados, produções e estudos feitos no passado com um formato totalmente (ou, quase totalmente) novo visando o futuro, de forma que haja uma quebra no tradicionalismo do regime presentista. O museu, além da exposição principal, tem hoje outras exposições relacionadas à quebra da ideia de *copyright*, e que questionam o conceito de cópia e direitos autorais. Além de fotografias sobre o espaço físico que existia ali antes da construção do museu, e sua implosão. De forma que fica claro a intenção do museu em inovar em relação as outras instituições do gênero. Aliás, é possível classificá-lo como um novo gênero de museu, com utilizações diferentes de memória e história, oriundo de demandas de formatos também diferentes, de lugares que tratam do passado de maneira estática. Uma pergunta existente no próprio site do museu, de certa forma sintetiza seu sentido: “Pode um museu ter como acervo as possibilidades do amanhã?”.

No museu aqui estudado, percebemos certa preocupação advinda da classificada nova museologia, em manter uma abrangência aos diferentes públicos, mas principalmente o fator escolar e estudantil. Nele é possível agendar a visita de uma sala de aula (com número limitado de alunos) acompanhados do professor, o que indica uma tentativa de abertura para o uso, desde a escola, do espaço e acervo que o compõe. De certa forma um convite, a uma instituição que antes não se mostrava tão receptiva assim. As utilizações e apropriações feitas em uma visita em qualquer um no objeto analisado aqui, atualmente correspondem a novas demandas de passados e futuros.

Financiado por uma campanha parte estatal (a prefeitura do Rio de Janeiro) e parte empresarial, o museu inaugurado em 17 de dezembro de 2015 custando 230 milhões de reais. A parte empresarial é aqui representada pelo banco Santander e pela fundação Roberto Marinho, pertencente ao (enorme) grupo Globo. De forma que clientes do Santander têm descontos e facilidades para visitar o museu, o mesmo é divulgado com bastante frequência pela mídia de forma geral, tendo somente no seu fim de semana de estreia mais de 25 mil visitantes.

Aqui encontramos o ponto de ruptura necessário para entender o outro lado presente nesta “guerra de memória” atual, um lado que não tem sequer as mesmas armas para poder “guerrear” por sua memória identitária, social e ancestral: O Cais do Valongo. Situado a menos de 800 metros da Praça Mauá (Endereço do museu), o local que demarca a chegada de milhões de seres humanos em condições de escravidão na cidade não dispõe de muito mais que uma placa decorativa presa em sua parede.

Para iniciar um direcionamento maior sobre o Cais, utilizaremos aqui da obra organizada pelo antropólogo Milton Guran (2016), produzida pelo IPHAN de forma geral, e é o dossiê apresentado a UNESCO para a proposta de inscrição do cais na lista de Patrimônio Mundial. O projeto, disponibilizado em PDF mostra, em diversos subitens, o porquê da necessidade da inclusão do local (descoberta arqueológica proveniente também do processo de revitalização da zona portuária carioca, conhecido como Porto Maravilha) na lista de patrimônios internacionais da UNESCO.

Sendo assim avaliemos aqui a parte do dossiê que dá cabo da história do marco, desde sua “fundação”, utilizaremos aqui um recorte que passa por essa história, neste primeiro momento, nos atendo até antes da sua primeira “reforma material revisionista”, já empenhada em apagar e silenciar o que o cais realmente era.

O tráfico atlântico de africanos escravizados constituiu o maior processo de migração forçada da história da humanidade. Essa população cativa se tornou parte fundamental da viabilização econômica e da formação social do continente americano e sua movimentação nas embarcações escravagistas fez do Atlântico o principal espaço mundial de intercâmbios e trocas durante mais de trezentos anos. (Dossiê do sítio arqueológico Cais do Valongo, 2016).

O Dossiê do sítio arqueológico (2016) afirma que a história do Cais do Valongo e do seu entorno está indissolúvelmente ligada à história universal, por ter sido a porta de entrada do maior volume de africanos escravizados nas Américas. O Rio de Janeiro era então, a mais afro-atlântica das cidades costeiras do território brasileiro, e estava conectado por rotas de longa distância não apenas ao restante do Império Português, mas também a um circuito marítimo onde se cruzavam embarcações europeias e de diferentes partes das Américas e da Ásia. A cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565, tornou-se capital do Vice-Reinado do Brasil em 1763, sede da Coroa portuguesa entre 1808 e 1821, e após 1822, capital do Império brasileiro. Por tudo isso, situava-se no núcleo central dessas relações transoceânicas, sendo o Valongo o seu cais mais ativo nas primeiras décadas do século XIX. No século XVIII, a maior parte dos desembarques de cativos e sua comercialização se realizavam na então rua Direita, no centro comercial e administrativo da cidade. A visão cotidiana daquelas pessoas escravizadas e tudo que envolvia sua compra e venda, ademais dos receios de contaminação por doenças que poderiam trazer de suas viagens, e o triste espetáculo de sua condição depauperada motivou a reclamação sistemática por parte da elite da cidade que por ali circulava. Tal situação levou os vereadores da Câmara a proporem em 1759 a transferência do local desse comércio de gente. A mudança, porém, contou com a firme oposição dos comerciantes de escravos levando a um impasse que só foi resolvido com a intervenção do Vice-Rei, Marquês do Lavradio, que efetivou a transferência em 1774.

Segundo o Dossiê, o caminho do Valongo passou a ser chamado de Rua do Valongo (ou Valonga como consta de alguns mapas e gravuras) e a praia do Valongo, que começava na

pedreira conhecida como Pedra do Sal, tinha duas denominações. A primeira pequena enseada onde desembocava o caminho do Valongo se chamava Valonguinho. Em seguida a esta a enseada entre o Morro do Livramento e o Morro da Saúde era o Valongo propriamente dito. Foi nessa área onde se instalou o complexo comercial escravagista do Valongo, com seus armazéns, depósitos de escravos e demais dependências necessárias à atividade. Após a chegada do Príncipe Regente português e de sua Corte ao Rio de Janeiro, em 1808, o tráfico de africanos escravizados se intensificou, com a nova dinâmica urbana e as demandas da cidade que se tornara a sede de um dos mais vastos impérios globais da época. Por essa razão, inúmeros soberanos africanos enviaram ao Rio de Janeiro seus representantes a fim de prestar respeitos à Corte e estabelecer alianças com as autoridades portuguesas em terras brasileiras e travar acordos comerciais com os traficantes de africanos escravizados aqui estabelecidos. Em 1810, os soberanos dos reinos de Aladá e do Daomé, ambos situados na atual República do Benin, mandaram representantes ao Brasil para ter com a Corte. O mesmo fez o rei do Ngoio (no atual Norte de Angola), que enviou um alto funcionário para entrevistar-se com o Príncipe Regente D. João, que deu ordens para que fosse bem recebido o enviado do soberano de tão importante reino da baía de Cabinda. O comércio escravista operado no dia a dia por mercadores em estabelecimentos na região do Valongo, era negócio de interesse das mais altas autoridades. De acordo com o Dossiê, a leitura dos periódicos de época revela também que:

O Valongo tornou-se cenário de ações de resistência e insubordinação, revelando o não-conformismo dos escravizados com situações que viviam, e que pode ser percebido nas denúncias de fugas constantes. Uma nova investida das autoridades em direção à região do Valongo se deu a partir de 1842, pela construção de um novo cais a fim de receber a esposa do Imperador Pedro II, evento que ocorreu em 1843. Foi decidido que esta seria construído sobre o antigo Cais do Valongo, atendendo a uma dupla motivação: receber condignamente a Imperatriz e ocultar materialmente a memória do lugar de desembarque de africanos escravizados. A esse tempo, a participação do Brasil nessa atividade fazia com que fosse classificado internacionalmente como um país atrasado pelas nações mais desenvolvidas. No entanto, a presença brasileira no comércio de almas seria ativa até 1850. Ainda estava em construção o novo cais sobreposto ao Cais do Valongo, quando a região do Valongo começaria a viver um período de declínio da atividade escravista substituída pela exportação de café, uma mercadoria em ascensão no mercado internacional. O cultivo do café era então produzido com ampla utilização de mão de obra de africanos escravizados, o que motivava a continuidade do tráfico por portos clandestinos na cidade e seu entorno. (Dossiê do sítio arqueológico Cais do Valongo, 2016).

Nesse contexto descrito pelo Dossiê, ainda que fosse expressiva a presença negra na região do Valongo, começava a se delinear um projeto de “embranquecimento” da história daquela região, que se expressou tanto na construção do Cais da Imperatriz sobre o Cais do

Valongo, como na mudança do nome da rua do Valongo, lugar do mercado de escravos, a qual passou a se chamar Rua da Imperatriz. No entanto, nas esquinas das ruas do Valongo se reuniam os capoeiras, praticantes de uma das expressões mais vigorosas de resistência da cultura afro-brasileira. Designavam-se como capoeiras os africanos e afrodescendentes que praticavam a arte da capoeiragem, desenvolvida no Brasil no século XIX. A capoeira era uma dança de guerra e ao mesmo tempo um jogo, em que os praticantes se enfrentavam numa roda numa luta, em movimentos marcados ao som de palmas e instrumentos específicos a essa atividade (como o berimbau). Nessa luta poderiam desarmar e derrubar o oponente com golpes de perna acrobáticos.

Com esta explicação mais direta acerca das origens históricas, e essa preocupação em situar o leitor no espaço/tempo, vemos neste enxerto do dossiê de Guran (2016) o ponto de partida ao que tange nossa preocupação com o Valongo e sua história. Entretanto, como dito anteriormente, o Valongo também foi redescoberto através das escavações arqueológicas do “Porto Maravilha”. Sendo assim, para iniciarmos a nossa abordagem, com nossas questões e problematizações indicadas inicialmente, é necessária outra parte do dossiê: um trecho de uma opinião acerca de fatores sociais de Tânia Andrade de Lima (2013), uma das arqueólogas envolvidas na revitalização portuária do rio de janeiro, publicado na Revista Latino-Americana de arqueologia histórica:

Sem condições de escrever sua própria história, os escravos do Valongo deixaram para trás esses objetos, perdidos, abandonados, esquecidos ou escondidos. Através dos seus pertences, eles falam sobre suas angústias, seu desespero, mas também sobre suas esperanças e sobre as estratégias de sobrevivência que desenvolveram, em um discurso silencioso, porém extremamente eloquente. Essa foi a herança que eles puderam deixar para a sua descendência e também para a posteridade, agora recuperada pelas escavações arqueológicas (LIMA, 2013, p. 186).

De acordo com Tânia Andrade de Lima (2013) o Valongo exala opressão, racismo, intolerância, desigualdade e marginalidade no limite. Evocando um passado pesado e opressor, cujas consequências se fazem sentir até hoje e serão sentidas ainda por muito tempo no Brasil. Por isso mesmo, impregnado do sentido de lugar, estimula a reflexão e inspira consciência social, o que favorece sua transformação em espaço de engajamento e diálogo cívicos, (...). A arqueóloga afirma que sua força e poder simbólico podem ser colocados a serviço das causas da militância negra contra a desigualdade social, política, econômica, assim como do ativismo político que luta pelos direitos humanos mais fundamentais e pelo respeito à diversidade étnica. Segue dizendo que foi parte do propósito “devolver aos escravizados do Valongo – ignorados ou esquecidos pelas narrativas dominantes e que ficaram à sombra por dois séculos – o direito de serem lembrados. É preciso lembrar, lembrar sempre e em qualquer circunstância.” (LIMA, 2013, p. 188)

E, nessa circunstância, a materialidade desses erros trazida à tona pela

arqueologia no Cais do Valongo constitui um alerta constante e uma denúncia permanente, de tal forma que o confronto direto com a violência ali praticada estimula no presente um sentido de justiça social (...). Ele é um símbolo de um passado que jamais poderá se repetir na trajetória da humanidade e sua exposição ao público, como um local destinado à reflexão e à lembrança, pode contribuir para inspirar a tolerância e o respeito às diferenças. (Ibid.,189). (Dossiê do sítio arqueológico Cais do Valongo ,2016, p. 26 e 27).

Tendo agora já uma noção maior do que é o cais do Valongo e toda a sua valoração histórica e caráter formulador da cidade do Rio de Janeiro, podemos ter um panorama maior do que constrói o conflito dialético aqui estudado. Assim sendo, mostrando a opinião de uma pessoa que trabalhou na segunda reforma do cais do Valongo, a iniciada em 2011 com esta descoberta arqueológica, podemos apresentar com mais clareza a já mencionada 1ª reforma de cunho completamente revisionista (mesmo que pareça anacrônica esta afirmação) ocorrida no Valongo e na pedra do sal, para então entendermos o que já se é dado como um processo em andamento do marco histórico.

Em 1843, o cais a menos de 30 anos inaugurado é aterrado ganhando mais 60 cm de distância do mar para a recepção da princesa Tereza Cristina, futura esposa de dom Pedro II. Passando a receber o nome de cais da imperatriz, o cais já não funcionava da mesma maneira que era nos primeiros 30 anos do oitocentos. Devido ao início das leis abolicionistas no resto do mundo, o Brasil recebia menos e menos escravos, de forma que o Cais do Valongo e a zona portuária carioca, de maneira geral, lidava com todos indivíduos do tráfico de almas que não foram ‘comprados’ ou que representavam resistência a este sistema; lidava também com as famílias que se formaram por relações afetivas iniciadas pelo lugar comum a muitas pessoas arrancadas de sua terra natal. Lidava de maneira geral, com um novo mundo iniciado após a intervenção do sistema escravagista no continente africano; uma nova África, a “pequena África”, se iniciava nos ancoradouros cariocas.

De forma que este primeiro aterramento ocorrido no final da primeira metade do século XIX, que se iniciou com 60 centímetros para o recebimento da imperatriz (que ainda nomeou o local), foi o primeiro passo culpado do soterramento completo em 1911, que fez com que o Valongo só fosse “descoberto” de novo em 2011. Juntando a funcionalidade do cais já não receber tantos escravos, e a necessidade de um local de estética agradável para quem não conhecesse para receber a imperatriz e sua corte nascia o cais da imperatriz, forçosamente sobreposto ao passado, a história e a memória do real cais do Valongo.

Com a ajuda de Suely Carneiro podemos adicionar ao debate uma linha de raciocínio que preza pelo entendimento do sujeito do Negro escravizado e toda sua família e descendentes, uma vez que perceptivelmente, estes sujeitos têm menos e menos a representação de sua imagem como ser humano preservada. Segundo Suely, temos que:

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala”. (CARNEIRO, 2005, p.99).

Oferecendo clara objetificação do porque ressignificar um ancoradouro “limpo” de todos os que realmente uma vez ocuparam aquele lugar e não tinham mais pra onde ir, pois foram tirados de suas casas à força, um lugar que simbolizava a venda de um ser humano, ainda que recorrente na época; em um local de estética agradável, com um monumento a dita imperatriz, para mostrar o espírito acolhedor do brasileiro que receberia sua princesa europeia.

Assim, foi à obra de reforma urbana autorizada pelo então prefeito, Pereira Passos, em 1911. Soterrar completamente o agora “cais da imperatriz” por uma questão de funcionalidade do local, concluindo assim, o que chamo aqui de 1ª reforma do cais, que envolve desde sua mudança de Valongo para cais da imperatriz, e a então soterramento completo no início do século XX. A “modernização” envolvida nesta transformação de Valongo para da imperatriz se findou com um obelisco presente até hoje no já ‘recuperado’ Valongo. Um monumento em formato de ‘poste’, mas com uma coroa em cima, com uma placa, com os dizeres: “Neste local existiu o cais da imperatriz. Em 1843 o antigo cais do Valongo foi alargado e embelezado, para receber a futura imperatriz Teresa Cristina que chegava para casar com D. Pedro II”.



Figura 1 - Monumento Cais da Imperatriz, Rio de Janeiro, julho de 2017.

Destaco aqui o uso da palavra “embelezado”, que, embora de fato propiciou uma estética mais agradável a corte que chegava, representa os aparatos mais violentos do estado como morte, tortura, queima de casas, expulsões, humilhação e sofrimento. Talvez, para a sociedade que presenciou o soterramento total do lugar por uma questão de utilização da rua, a beleza estética valia mais do que a “feiura” impregnada neste tipo de ação, e os legados que ela deixa.

É necessário destacar aqui a dificuldade na preservação ou continuidade a cultura e vida africana que era comum aos sujeitos em situação de escravidão no porto carioca. Abdias do Nascimento pode nos ajudar a entender a complexidade de haver resistências sob condições sub-humanas e que descaracterizam um passado aos africanos e seus descendentes. Segundo o mesmo, que fala dos escravos no Brasil de uma maneira geral, mas tem sua utilização completamente encaixada no recorte aqui estudado, vemos que:

Nem todos os africanos condutores dessas culturas e seus descendentes estavam em condições de manter vivas e desenvolver suas respectivas contribuições à cultura do novo país, na medida em que eles próprios se achavam sob terríveis condições. Vítimas permanentes da violência, suas instituições culturais se desintegraram no estado de choque a que foram submetidas. As línguas africanas -expressão fundamental da visão-de-mundo de suas respectivas culturas- foram destruídas, com raras exceções para fins rituais. O racismo, exatamente como classifica as raças em “superior” e “inferior”, em preta idêntico critério para rotular as línguas em “inferior” e “superior”. (NASCIMENTO, 1978, p.103).

A fim de teorizar o trabalho, de maneira mais direta, utilizo de análises de diferentes autores da área da história relacionada à memória, e suas representações e significações, para explicar esta primeira reforma de cunho revisionista ocorrida no Valongo. Sendo assim, inicio o direcionamento teórico com Andreas Huyssen (2000) e sua obra seduzidos pela memória, onde, resumidamente, o autor mostra uma “musealização compensatória” por conta de uma

entropia do passado, onde o mesmo desaparece rapidamente, “musealizar” um objeto pode ser uma forma de compensar seu rápido esquecimento. Entretanto aqui, a pergunta não reside em “musealizar” ou “desmusealizar” algo, e sim, a forma que esta tentativa de transformar em museu é feita. Sendo assim, o autor fala sobre uma ressignificação do passado, o que chama de ‘globalização da memória’, caindo no item principal de sua relação com este trabalho: o uso político da memória. A cultura da memória, como mostra Huysseenv (2000), implica em uma relação causal clássica: o que lembrar, e o que esquecer. E mais ainda, a reflexão se estende ao porque lembrar e porque esquecer. E, subseqüentemente, o que é fomentado a ser lembrado, e o que é fomentado a ser esquecido. Este poder de controle, segundo o autor, se mostra perigoso por poder transformar qualquer coisa em passado, mesmo o que não aconteceu.

Aqui, encontramos o primeiro ponto de ligação teórica com outro autor a ser utilizado neste trabalho, Pierre Nora (1993) e sua diferenciação entre memória e história. Segundo o mesmo, uma memória se opõe a história pelo fato da história representar uma série de esforços intelectuais colocados em cima da memória, com registros, problematizações, críticas, reflexões. Segundo o autor, “A história dessacraliza a memória”. Assim, trazendo o direcionamento teórico a vias mais aplicáveis neste trabalho, encontramos em Michel Polak (1992), e seu texto memória e identidade social, onde o mesmo fala do conceito de “lugar de memória”.

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. Para a minha geração na Europa este é o caso da Segunda Guerra Mundial. Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. Aqui estou me referindo ao exemplo de certos europeus com origens rias colônias. A memória da África, seja dos Camarões ou do Congo, pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento. Outro exemplo seria o da segunda geração dos *pieds noirs* na França, que na verdade nem chegaram a nascer na Argélia, mas entre os quais a lembrança argelina foi mantida de tal maneira que o lugar se tornou formador de memória. (POLAK, 1992, p. 3).

Agora, abordando o ponto de vista do revisionismo, ou o simples atropelar de um lugar por outro lugar (como o acontecido na 1ª reforma do Valongo) sem a preocupação ou responsabilidade de representa-lo como sua memória oferece, trazemos em Pierre Vidal-

Naquet (1988) e um capítulo presente em sua obra “Os assassinos da memória” chamado “sobre o método do revisionismo”, uma explicação. Segundo o autor, alguns métodos do revisionismo se apresentam como “a mentira pura e simples, o falso, o apelo a uma documentação completamente fantástica” (VIDAL-NAQUET, 1988, p.40). O que valida o ponto do prefeito que decidiu soterrar por completo em 1911 o cais e todo seu passado. Não há erro, se não há vestígios do erro. E deslegitimar a voz de pessoas já removidas dos lugares em que se arranjaram após serem tomados de seu continente, é mais fácil do que explicar nas escolas o erro que cometemos nos anos anteriores.

Com Milton Santos é possível aprofundar mais o debate neste segmento:

A cultura de massas é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação que é, frequentemente, exterior ao corpo social. A cultura popular tem suas raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, a vontade de enfrentar o futuro sem romper a continuidade. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se tecem entre o homem e o seu meio. Assim, desde que imunizadas contra os fatores de banalização que o consumo, entre outras causas, carrega, as populações desenraizadas terminam por reconstruir uma nova cultura popular, que é ao mesmo tempo filosofia e, por isso, um caminho para a libertação. (SANTOS, 2013, p.144).

De forma que, com uma teorização mais ou menos voltada a nosso argumento principal, podemos fazer aqui a comparação que é o ponto de comparação estabelecido neste trabalho: A 1ª reforma do cais, iniciada em 1843 e enterrada –literalmente- em 1911 e a 2ª reforma, iniciada em 2011 com a descoberta de um sítio arqueológico cheio de inúmeros objetos pertencentes à cultura negra estabelecida naquele local.

A comparação que estabeleço aqui sintetiza neste raciocínio: se, na primeira reforma, o silenciamento e apagamento da cultura dos escravos que formavam o que era na verdade, o cais do Valongo foi primeiro promovido pela reforma e mudança de nome para ‘cais da imperatriz’; na segunda, é promovida pela total falta de “musealização” do local, que não possui nada além de duas placas e correntes em volta, que sequer impede que a população jogue lixo no local. Nas visitas que fiz ao local, pude perceber entulho, garrafas de cerveja e água, diversos pacotes de comida e etc, todos dentro do “cercado” de correntes construído em volta do “grande achado” arqueológico do Rio de Janeiro de 2011.

De forma que a população local pouco conhece ou sabe sobre o que é o cais do Valongo e o que o mesmo representa, em detrimento ao faraônico museu do amanhã, distante 800 metros, mas que todos conhecem e visitam. Obviamente, um cercado e duas placas não podem competir com uma estrutura apoteótica e cheia de inovações. Entretanto, o que aquelas correntes e singelas placas guardam, museu nenhum pode esclarecer melhor do que aquele monumento, que, meio a prédios, ruas e inclusive uma igreja universal resiste desde sua criação.

Um museu que fala do amanhã, recebe infinitas vezes mais visitas que um “recorte da realidade” representado por uma corrente e duas placas que carrega o passado da cidade

e do país.



Figura 2 - Cais do Valongo, julho de 2017.

Escondido, não de difícil acesso, mas de difícil localização. Nem um pouco convidativa e sequer fazendo sombra a seu “rival” que recebe 25 mil pessoas em um fim de semana. As únicas placas que demarcam o local são estas:



Figura 3 - Cais do Valongo, julho de 2017.



Figura 4- Cais do Valongo, julho de2017.

O caminho que este raciocínio atravessa chega a alguns questionamentos, como por exemplo, qual o lugar da história da escravidão no Brasil, no meio desta guerra de memórias, onde o brasileiro precisa lidar com seu passado doloroso, enquanto vive ansioso pelo futuro. Apagar a história da escravidão, por meio da seletividade dos espaços da recordação se mostra como uma forma de alienação. Uma alienação que tem como causa, o apagamento da verdadeira história do Brasil, enquanto o indivíduo tem seu olhar ofuscado pela luz de um futuro que está a vir.

Considerações finais

No dia 9 de julho de 2017, o cais recebeu o título de “Patrimônio mundial” da UNESCO. Para a Representante da UNESCO no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noleto (2017), o Cais do Valongo tem valor histórico, arqueológico e cultural, “traz memórias de um período da história que não pode se repetir jamais e, por isso mesmo, precisa ser lembrado”. O seu reconhecimento internacional ressalta uma época muito importante para a formação da cultura brasileira e das Américas”. Acrescentando a discussão uma querela antiga entre os historiadores, Marlova (2017) fala sobre a história e seu poder de orientação ante ao passado

(ou o esvaziamento completo desta ideia de uso da história) quando fala de *“um período da história que não pode se repetir jamais e por isso mesmo, precisa ser lembrado”* (grifo meu). Seria o simples fato de lembrarmos de algo capaz de execrar a possibilidade de repetir este algo, considerado ruim (ou um erro) após uma análise do passado? Ainda é possível aprender com a história?

Esta pesquisa se iniciou antes desta inclusão pela UNESCO acontecer, de forma que este acontecimento desdobraria novos rumos para o estudo que pensei inicialmente. Entretanto, após uma segunda visita de campo acontecida nos dias 23 e 26 de julho de 2017, vi que os caminhos tomados aqui não precisariam ser tão diferentes dos já estabelecidos. Após uma breve teorização acerca deste momento da *“Patrimonialização”* do cais, volto a este raciocínio com mais ênfase.

Para explicar este momento de reconhecimento e transformação, que tem como pontapé inicial o dossiê organizado por Gurán (2016) e já citado aqui, utilizarei de François Hartog (2006) e seu texto publicado na revista *Varia História* intitulado *“Tempo e Patrimônio”*. Ao falar de um processo semelhante ao estudado neste ensaio, que ocorreu na França no final do século XX, Hartog pode situar nosso debate dos dias atuais:

Os 'Lugares de Memória' do historiador Pierre Nora chegaram ao diagnóstico de uma *“patrimonialização”* da história da França, senão da França mesma, na medida em que a mudança de um regime de memória a outro nos fazia sair da 'história-memória' para entrar em uma 'história-patrimônio'. Notável em relação a isto é a definição dada na lei de 1993 sobre o patrimônio monumental: 'nosso patrimônio é a memória de nossa história e o símbolo de nossa identidade nacional'. Passando para o lado da memória, ele se torna memória da história e como tal símbolo de identidade. Memória, patrimônio, história, identidade, nação se encontram reunidos na evidência do estilo direto do legislador. Nesta nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade: a palavra-chave dos anos 1980. Mas, trata-se menos de uma identidade evidente e segura dela mesma do que de uma identidade que se confessa inquieta, arriscando-se de se apagar ou já amplamente esquecida, obliterada, reprimida: de uma identidade em busca dela mesma. (HARTOG, 2006, p. 06).

Hartog (2006) ainda posiciona em que fundo se desenrola esta nova configuração acerca da relação direta entre patrimônio, memória e história. O autor mostra que o século XX, ao passo que é o século onde em sua maioria se invocou o futuro, também é o século que deu uma extensão maior ao presente. Este presentismo, como nomeia o autor, é o nosso atual regime de historicidade. Encontramos aqui um elo entre Hartog (2006) e Huyssen (2000), que fala da *“Musealização Compensatória”* devido a entropia da concepção de tempo atual. Percebemos então, no nosso caso, uma musealização compensatória do cais do Valongo, que se encontra no meio desta entropia temporal no Brasil atual. Entretanto, devemos pensar até que ponto se torna compensatória de fato esta musealização. Seria uma tentativa de

cristalização do objeto no espaço tempo a fim de estabelecer lugares de memória e identidade faltosos no Brasil? Ou uma musealização que chame atenção e faça o visitante refletir sobre o passado nacional?

Seguimos este debate teórico, agora através da obra de Achille Mbembe (2014), onde o mesmo fala sobre o tempo e sua relação com a memória e o patrimônio:

O tempo, conseqüentemente desvela-se aqui pela sua capacidade de deixar vestígios de um acontecimento primordial - um acontecimento destruidor, de cujo fogo é um dos significantes maiores. O tempo, por conseqüência, vive-se, vê-se e lê-se na paisagem. Antes da recordação, existe a visão. Recordar é ver, literalmente, o vestígio deixado fisicamente no corpo de um lugar pelos acontecimentos do passado. Não existe, no entanto, corpo de um lugar que não se relacione, de certa maneira, com o corpo humano." (MBEMBE, 2014, P. 213).

Assim, deixando claro o cenário em que acontece nossa discussão dialética entre o que representa o Museu do Amanhã e o que representa o cais do Valongo, podemos perceber fatores que contribuem e formam e agravam o problema, como a dificuldade de lidar com o distanciamento entre presente e futuro, por exemplo.

Caminhando mais a frente, entramos na discussão mais simples após esta questão da musealização exacerbada e compensatória ser apresentada: este processo de patrimonialização oferecida pela UNESCO, falando em termos práticos, mudou algo no cotidiano e na representação do Valongo?

Para responder a esta pergunta, iniciaremos o raciocínio apresentando mais um elemento trazido à tona no processo de escavação arqueológica na Zona Portuária carioca: O cemitério dos Pretos Novos, e o Instituto de Pesquisa e memória dos Pretos Novos, que nasceu após a descoberta do cemitério. Para explicar melhor a dinâmica, utilizo o artigo de Regina Coeli Mendes Valadão e Vera Lucia Dodebei (2015), publicado na revista *Musear da Universidade Federal de Ouro Preto*. As autoras afirmam que a zona portuária da cidade foi marcada desde a sua ocupação, como um espaço de disputas sociais, econômicas e territoriais. Na região há um movimento crescente relacionado à busca de tradições, lutas identitárias e simbólicas pelos afro-descendentes e o IPN é um espaço onde cabem manifestações e propagação dessas culturas. Baseados em informações adquiridas em oficinas realizadas no próprio IPN, sabe-se que o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos - IPN é uma Instituição que foi criada há 10 anos, após uma descoberta casual do Cemitério dos Pretos Novos, em 1996, no processo de reforma de residência, localizada na Rua Pedro Ernesto, 36. O nome de Cemitério dos Pretos Novos está relacionado ao fato de ter sido ali o local em que eram enterrados os escravos – pretos novos - que não resistiam à viagem e morriam antes de serem comercializados no mercado do Valongo que funcionou de 1774 a 1830. Neste local foram encontrados fragmentos de crânios e ossos humanos dentre artefatos de cerâmica, vidro, metais e outras evidências arqueológicas.

Atualmente, as únicas iniciativas que mantêm o IPN funcionando são os pagamentos de cursos oferecidos pela instituição, que se esforça sem qualquer auxílio do estado para não encerrar de vez seu funcionamento, pela falta de incentivo ou mesmo de visibilidade.

Dando procedimento quanto o questionamento proposto a pouco, temos a seguinte notícia, publicada no jornal O Globo, no dia 1 de agosto de 2017, com o slogan que diz: “Visitantes não respeitam área restrita do Cais do Valongo, na Zona Portuária”. Na matéria, temos que: “Segundo comerciantes e moradores da Zona Portuária, são comuns casos de pessoas que invadem o espaço para fazer selfies sobre as pedras”. Mais a frente após a matéria indicar a utilização do Cais como lugar onde algumas pessoas em condição de rua dormiam, lemos que as condições higiênicas do local também são deixadas de lado e comumente é encontrado lixo no local. A reportagem oferece uma resposta à guarda municipal do RJ, que informa por meio de nota que diz que o patrulhamento da área foi iniciado no dia 21 de julho. Entretanto, linhas após, é dito que a equipe de reportagem esteve no local e não viu nenhuma viatura sequer patrulhando o perímetro na hora informada.

Na minha primeira visita de campo, em dezembro de 2016, registrei as seguintes imagens que já mostravam o descaso da organização do monumento, agora em 2017 contemplado pela UNESCO. Nas duas, é perceptível a presença de lixo e entulho no perímetro interno do cais.

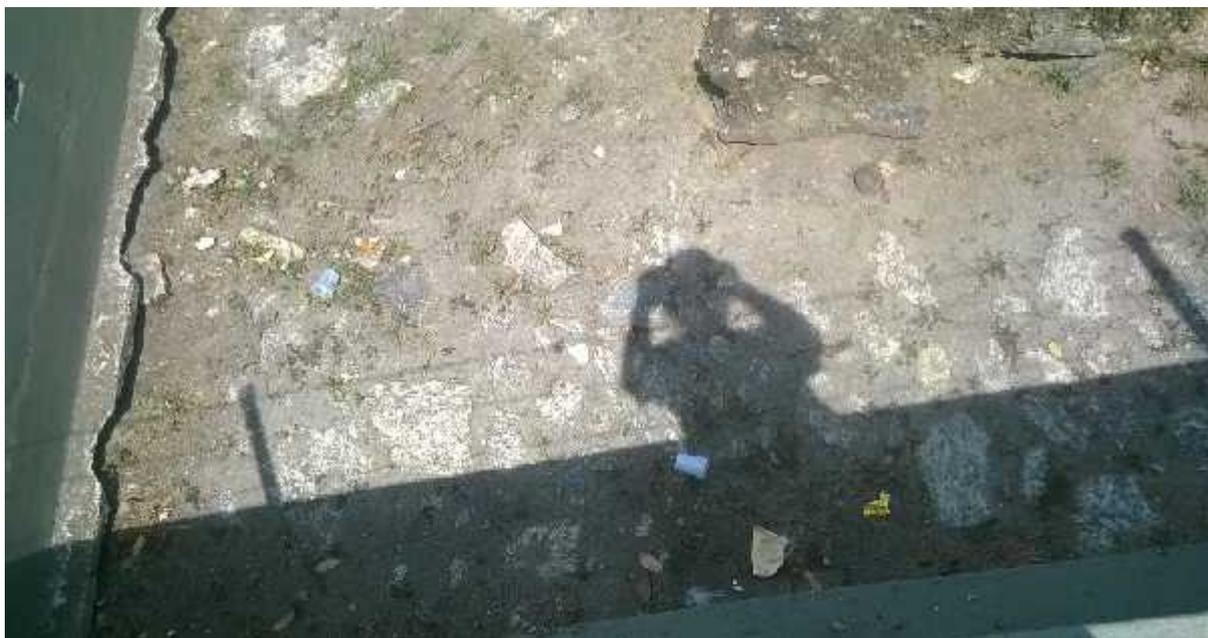


Figura 5 - Cais do Valongo, dezembro de 2016.



Figura 6 - Cais do Valongo, dezembro de 2016.

Assim, percebemos que na prática, pouco mudou ao já desvalorizado Cais do Valongo, que, como já mencionado tenta resistir e se manter por conta dos que de fato compõem aquele local de memória, apesar de grande desvalorização e ofuscada pelo brilho do Museu do Amanhã, numa cidade e num tempo onde olhar para o futuro automaticamente elimina a possibilidade de olhar para o passado e valorizar vozes e identidades verdadeiramente nacionais que, tiveram suas memórias negadas e apagadas pela entropia do passado e a aceleração do tempo presente em direção a um futuro que, claramente, também não é de todos.

Artigo recebido em 31 ago. 2018.

Aprovado para publicação em 12 out. 2018.

Referências

ANDRADE LIMA, T. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios- Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, v. 7, n.1, jan- jul,177-207, 2013.

ARANTES, Erika Bastos. A vida fora do cais: cotidiano e repressão policial no Porto Carioca. In: *O Porto Negro: Cultura e Associativismo dos Trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. pp. 89-146. Disponível em:

http://www.historia.uff.br/mundosdotrabalhoeff/textos/Dissertacao_Erika_Arantes.pdf. Acesso em: 03/08/2017.

CARLONS, Claudio Antonio S. Lima. *Porto maravilha para quem*. Disponível em: <https://portomaravilhaparaquem.wordpress.com/2012/05/06/uma-olhar-critico-a-zona-portuaria-do-rio-de-janeiro/> Acesso em: 03/08/2017.

CANDIDA, Simone. “Visitantes não respeitam área restrita do Cais do Valongo, na Zona Portuária”. O Globo. Rio de Janeiro, 01/08/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/visitantes-nao-respeitam-area-restrita-do-cais-do-valongo-na-zona-portuaria-21655091#ixzz5PnblExK2>

CARNEIRO, Aparecida Suely. *A construção do outro como Não-ser como fundamento do Ser*. Feusp. São Paulo, 2005. Disponível em: < <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>> . Acesso em: 18/08/2017.

DAFLON, Rogério. “Escavações de obra de drenagem da zona portuária encontram restos do cais da imperatriz e do...”. O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/escavacoes-de-obra-de-drenagem-da-zona-portuaria-encontram-restos-dos-cais-da-imperatriz-do-2816387> Acesso em: 03/08/2017

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos; VALADÃO, Regina Coeli Mendes,. *Porto Maravilha: Tradição e Inovação nos Museus da Zona Portuária do Rio de Janeiro*. *Musear*, Ouro preto, n. 1, p. 13-24, jan. 2015.

FURTADO, Carlos Ribeiro. *Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação*. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/16592/15842> Acesso em: 31/07/2017.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Vendo o passado: representação e escrita da história*. Anais do Museu Paulista, v.15, no. 2, jul.-dez., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v15n2/a02v15n2.pdf>

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEMOS, Ronaldo. *Processo e criação*. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/content/processo-e-criacao> Acesso em: 03/08/2017

MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/o-genocidio-do-negro-brasileiro-processo-de-um-racismo-mascarado-abdias-do-nascimento.pdf> . Acesso em: 18/08/2017.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993

PEREIRA, Mateus. *Nova direita? guerras de memória em tempos de comissão da verdade (2012-2014)*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-87752015000300863&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02/08/2017.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

SANTOS, Milton. *O espaço da cidadania e outras reflexões* / Milton Santos; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3). Disponível em: <http://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/img-pdf/1440003461-1398280172-vol-03-milton-santos.pdf>. Acesso em: 18/08/2017.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In; BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

VASSALO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*. Disponível em: <http://horizontes.revues.org/915#tocto1n2> Acesso em: 24/07/2017.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o Revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988.